



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 161ª reunião, realizada em 10 de julho de 2014

1 Em 10 de julho de 2014, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental
2 (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
3 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros
4 titulares e suplentes: o presidente Alceu José Torres Marques, Amarildo José Brumano
5 Kalil, Fernando Antônio Freire Vieira / André Luiz de Castro Ferreira, Inês Tourino
6 Teixeira, Mila Magalhães Ribeiro, Marcela Lencine Ferraz, Adriana Machado Rodrigues
7 Cardoso, Tales Heliodoro Viana / Ronan Andrade Nogueira, Paulo Sérgio Machado
8 Ribeiro, José Luiz de Lima, Thamires Aguiar Maciel, Divino Pereira de Brito / Armando
9 Leonardo Linhares Araújo Ferreira Silva, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Marco Túlio
10 Simões Coelho e Licínio Eustáquio Mol Xavier - representantes do poder público; Carlos
11 Alberto Santos Oliveira, Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, João Carlos de Melo,
12 Adriano Nascimento Manetta, Célia Regina Alves Rennó, Maria Dalce Ricas, Ronaldo
13 Vasconcellos Novais, Márcio Silva Basílio, Luiza Maria de Carvalho / Marília Mendes
14 Alves e Admilson Martins Diniz - representantes da sociedade civil. **Assuntos em pauta.**
15 **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
16 **ABERTURA.** O presidente Alceu José Torres Marques declarou aberta a 161ª reunião do
17 Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental e destacou as presenças dos
18 conselheiros Amarildo José Brumano Kalil, Thamires Aguiar Maciel, Adriano
19 Nascimento Manetta e Luiza Maria de Carvalho pela primeira vez participando como
20 membros do Conselho. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
21 **GERAIS.** A conselheira Maria Dalce Ricas reiterou proposta apresentada, em reunião
22 anterior, para que o Sisema apresente ao Plenário do COPAM a situação das Unidades de
23 Conservação em Minas Gerais, comentou sobre a estrutura de alguns parques estaduais e
24 registrou as seguintes solicitações: 1) Embargo imediato de loteamentos irregulares no
25 entorno do Parque Estadual do Rio Doce, com a presença do poder de polícia. 2)
26 Fiscalização contínua no povoado de Milho, no Serro, quanto às ameaças recebidas por
27 ambientalistas e servidores públicos em razão das gestões para preservação de
28 monumento natural na região. Seguem os relatos registrados, nesta sessão, pela
29 conselheira: “Recentemente o governo divulgou o Plano de Proteção da Mata Atlântica.
30 Além da finalidade de manter os remanescentes de mata atlântica, eu entendo que a
31 segunda finalidade desse plano é retirar o Estado do primeiro lugar em desmatamento.
32 Mas estou achando difícil, porque o Estado não está dando conta sequer de proteger a
33 mata atlântica em torno das Unidades de Conservação. O Parque Estadual do Rola Moça,
34 um dos que mais sofrem com incêndios, hoje tem um Fiat velho e não tem como carregar
35 brigadistas. O Parque do Biribiri, em Diamantina, tem dois. E Fiat não carrega bomba de
36 água nem brigadista. E o pior é que não conseguimos uma posição do governo.

37 Denunciamos, e a situação permanece. Existem dois loteamentos em volta do Parque
38 Estadual da Serra do Rola Moça: Mengaba e Serra das Andorinhas, da Construtora
39 Âncora. Lembrando que o Estado passou a competência de licenciar para a prefeitura
40 municipal, e a primeira coisa que a prefeitura fez foi ignorar a Lei da Mata Atlântica e
41 alegar que não haverá supressão de mata atlântica, porque as vias já estão abertas. Só que
42 as vias foram abertas também sem licenciamento. A prefeitura não considera que a
43 ocupação dos lotes, que vai destruir mais de 50 hectares, seja desmatamento. O
44 loteamento Serra das Andorinhas está bem na base da serra, margeando a estrada que
45 desce para Casa Branca. Se implantado, além de estar nas cabeceiras de águas que
46 abastecem parte da comunidade de Casa Branca, vai seccionar a ligação dessa área
47 florestada com a mata da Jangada, que pertence à Vale. O Mengaba está numa área de
48 floresta no sopé da serra, colado no parque. No início, tinha invadido o parque, me parece
49 que em 12 hectares. A Amda entrou na Justiça e conseguiu uma liminar, e eles foram
50 obrigados a retirar os lotes. E agora a prefeitura quer dar a licença. Iriam afetar
51 importantes remanescentes de cerrado, de cerradão e de floresta estacional semidecidual.
52 A localização é estratégica, porque interliga importantes áreas florestais do Rola Moça
53 com remanescente em áreas, inclusive, indicadas para a criação do Monumento Natural da
54 Serra da Calçada. Tem importância fundamental como conectividade ambiental
55 indispensável para se evitar o isolamento da Unidade de Conservação e protege cabeceira
56 de cursos d'água utilizados no abastecimento de parte da localidade de Casa Branca, no
57 município de Brumadinho. Temos o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. A denúncia
58 foi encaminhada à Supram e ficou engavetada. A Supram não fez nada. Eu entendo que o
59 gerente do parque não pode se indispor com a comunidade, realmente ele não tem
60 competência para fiscalizar. Deixaram prospecto na portaria do parque pedindo ajuda aos
61 funcionários do IEF para vender lotes. Recentemente, em função também de intervenção
62 da Amda, o loteamento foi embargado, e paralisou a implantação, mas tem ruas abertas e
63 duas casas construídas. É área de mata atlântica. Temos a joia da coroa da mata atlântica
64 em Minas Gerais, o Parque Estadual do Rio Doce: Chácaras Grand Viver, Fazenda Bom
65 Jesus e Fazenda Revés do Belém. Todas dentro da zona de amortecimento do parque. Os
66 lotes demarcados chegam às áreas de preservação permanente da lagoa. Em maio, houve
67 uma reunião do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio Doce, e nessa reunião
68 quem denunciou a situação foi a Agência de Desenvolvimento Metropolitano do Vale do
69 Aço - e a gestão do parque é do IEF. São 16 loteamentos, sendo quatro na zona de
70 amortecimento e 12 na região do entorno, e toda região é de mata atlântica. Até agora, a
71 única providência tomada foi do Ministério Público, que instaurou inquérito para
72 investigar a situação. E depois ainda reclamam que o Ministério Público ocupa o espaço
73 do Executivo no que se refere à área ambiental. O Grand Viver, do Grupo Séculus, tinha
74 começado a implantar o loteamento, e nós intervimos e descobrimos que sequer a área é
75 considerada de expansão urbana. A Supram arquivou o processo de licenciamento, e o
76 Bruno Alcântara, diretor da Agência de Desenvolvimento Metropolitano do Vale do Aço,
77 informou que 'a Grand Viver já havia solicitado anuência ao Conselho Consultivo do
78 Parque Estadual do Rio Doce, que foi negada, o que provavelmente causou

79 descontentamento, visto que os empresários responsáveis não desistiram de burlar a
80 legislação ambiental e complementares'. O diretor da agência destacou que o entorno
81 sofre com ocupação desordenada. Em seguida, apresentou a situação do parcelamento do
82 solo em Bom Jesus do Galho, 'que já possui lotes vendidos e registrados em cartório,
83 mesmo não tendo nenhum tipo de autorização'. Palavras dele: 'Não existe, no plano
84 diretor, área rural. Atividades urbanas, empreendimentos clandestinos, intervenção em
85 APPs inseridos na Área de Proteção Ambiental de Bom Jesus do Galho (que
86 provavelmente recebe ICMS Ecológico), inseridos em APA estadual das lagoas marginais
87 do rio Doce, inseridos em zona de amortecimento do parque já se encontram em fase de
88 implantação, e existem homens e máquinas trabalhando. E há ampla divulgação na região,
89 através de rádio, TV e mídias diversas sobre venda dos lotes.' Até hoje não conseguimos
90 descobrir se houve qualquer intervenção do Poder Executivo em relação a isso. É o único
91 parque que tem um contingente da Polícia Militar dentro. A Polícia Militar Ambiental
92 informou que teria sido feita uma vistoria, sem embargo, e também não sabe dar maiores
93 detalhes." A conselheira Maria Dalce Ricas relatou ainda crime ocorrido em Milho Verde,
94 distrito do município de Serro, em Minas Gerais: "Existe uma ONG chamada Instituto
95 Milho Verde, que é parceira do IEF na gestão pela manutenção de duas Unidades de
96 Conservação. No dia 7 de março, o presidente do instituto foi baleado. Ele levou quatro
97 tiros, na porta de sua residência. No dia 2 de julho, na semana passada, uma bomba
98 explodiu na porta da casa dele. Ele está em Belo Horizonte, porque tem medo de voltar
99 para Milho Verde. O diretor da APA, do IEF, pediu demissão, devido às ameaças que
100 vinha recebendo. O secretário de Meio Ambiente de Serro teve a casa incendiada. Tudo
101 isso, segundo ele, porque existe um monumento natural, até hoje não houve
102 desapropriação, e a única menção que se faz é que o promotor estaria tentando resolver a
103 situação. Não é competência do Ministério Público resolver essa situação; a competência
104 é do Executivo. Está ligada à desestruturação do IEF para gerir a APA. Uma pessoa da
105 sociedade civil que está lutando para manter a APA está sendo ameaçada de morte. Hoje
106 está tendo uma audiência pública na Assembleia Legislativa, que também não vai adiantar
107 nada, em Serro, para discutir o assunto. Então, secretário, em relação aos dois assuntos, eu
108 proponho que seja realizada uma fiscalização contínua no Serro. E que, no Parque do Rio
109 Doce, todos os empreendimentos sejam imediatamente embargados, com a presença da
110 polícia." A conselheira Maria Dalce Ricas registrou ainda as seguintes solicitações: -
111 Inclusão, na pauta do Plenário do COPAM, de apresentação do Plano de Proteção da Mata
112 Atlântica; - Informações sobre a situação do Grupo de Trabalho para discussão do decreto
113 de regulamentação da Lei Florestal; - Mudança do Regimento Interno do COPAM no
114 sentido de evitar que a ausência do conselheiro titular não acarrete a suspensão do
115 suplente. "Somos suplentes na CNR. Os titulares são de uma instituição chamada Fonasc,
116 compostas por Comitês de Bacias, e eles não vão à reunião e não nos avisam. Por causa
117 disso, a Amda foi suspensa das reuniões. Peço que seja modificado o Regimento do
118 Conselho nesse sentido, para evitar que sejamos punidos por algo de que não temos culpa,
119 porque jamais faltamos às reuniões e, quando faltamos, justificamos." Conselheiro
120 Ronaldo Vasconcelos Novais: "O meu assunto é bem mais brando, embora eu corrobore

121 as preocupações da minha companheira de lutas ambientais antigas Dalce no tocante aos
122 parques. Até porque, com muita humildade, eu quero lembrar que, enquanto deputado
123 estadual, eu fui autor da lei que criou o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Os outros
124 dois parques também nós conhecemos bem. Fazemos parte também do Conselho
125 Consultivo do Parque Estadual da Serra do Rola Moça. E o outro parque todo mundo
126 conhece, o Parque Estadual do Rio Doce. Eu represento aqui a Ponto Terra, uma ONG da
127 sociedade civil, e vamos realizar, no dia 28 de agosto, um ciclo de palestras sobre a
128 ‘cidade do futuro’. Eu quero convidar a todos, e a inscrição é gratuita. Eu queria pedir que
129 a SEMAD ou a FEAM indicasse depois uma pessoa, dentre diversas pessoas abalizadas,
130 competentes e inteligentes que têm nos seus quadros, para que fizesse uma das palestras
131 nesse evento.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “É lógico que todos nós temos
132 preocupação com a manutenção dos parques e a sua integridade, mas, antes de qualquer
133 coisa, temos que atentar que, se está tendo esse tipo de discussão, é exatamente porque os
134 parques foram criados e não foram desapropriados. As pessoas não receberam as devidas
135 indenizações por suas propriedades e continuaram ali inseridas dentro do parque, em uma
136 terra que não tem exatamente uma função e está nesse limbo. Aí acontece esse tipo de
137 conflito. Se o Estado realmente pretende que aquilo seja um parque, que desapropriar. Se
138 não pretende pagar, então que não iniba a utilização pelas pessoas. Com relação aos
139 pedidos de embargo, eu peço a cautela do IEF para analisar. Por exemplo, quanto aos
140 empreendimentos que foram anunciados na proximidade do Parque do Rio Doce, a
141 empresa é nossa associada, e a informação que eu tenho é de que não se trata de
142 loteamentos, são empreendimentos efetivamente rurais, e talvez por isso a impressão de
143 inação, porque não há ilícito ocorrendo ali.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:
144 “Eu tive uma emergência de ordem pessoal antes de vir para a reunião e, por volta das
145 16h, eu terei de me ausentar.” Presidente Alceu José Torres Marques: “Com relação ao
146 Grupo de Trabalho para regulamentar a Lei Florestal, é público e notório que nós tivemos
147 algumas mudanças. Quem conduziu o Grupo hoje assumiu a nossa chefia de Gabinete, o
148 doutor Germano. Em seu lugar, assumiu a Daniela Souza, que dará continuidade a esse
149 trabalho, com previsão de encerramento ainda neste ano, no mais tardar até dezembro.
150 Quanto às questões dos parques, é uma preocupação que deixou de ser pontual, é rotineira
151 e constante. Nós temos uma visão um pouco mais prática dessa questão de gerência dos
152 parques. Criamos com o IEF um Grupo de Trabalho que tem o objetivo de criar um
153 modelo de gestão desses parques, sobretudo na questão da regularização fundiária, na
154 questão do uso dos nossos parques. Será apresentado ao COPAM, e podemos plantar uma
155 semente, uma filosofia de visão dessas questões das nossas Unidades de Conservação. É
156 uma meta que gostaríamos de implementar nesse período. Na questão da mata atlântica,
157 fizemos um TAC mais destinado à fiscalização. Buscamos, com o Ministério Público,
158 mais viaturas. Ainda hoje estamos correndo contra o tempo na aquisição de novos
159 veículos e na estruturação dos parques. Nomeamos todos os brigadistas, conseguimos
160 equipá-los.” Conselheira Mila Magalhães Ribeiro: “Essa compra dos veículos para as
161 Unidades de Conservação já foi autorizada. Eu não conheço o processo de compra, mas
162 sei que foi autorizada a compra, pela Seplag.” Presidente Alceu José Torres Marques:

163 “Quanto aos contratos para as aeronaves, já estão prontos, assinados. Conseguimos outra
164 aeronave para monitoramento mais direto, para ficar lá no Norte, para focos de incêndio e
165 outros tipos de fiscalização. Uma aeronave que voa mais rápido, para ir à frente do
166 helicóptero e passar as coordenadas tanto em terra quanto para o próprio helicóptero. Na
167 questão de Milho Verde, no Serro, eu pessoalmente já fiz uma intervenção para que fosse
168 dada sequência às investigações dos episódios que vêm acontecendo lá.” Bertholdino
169 Apolônio Teixeira Junior, diretor Geral do IEF: “Quanto ao diagnóstico das UCs que foi
170 solicitado por este Conselho, nós fizemos uma Resolução Conjunta SEMAD/IEF, estamos
171 fazendo um levantamento da situação de cada Unidade de Conservação e vamos
172 apresentar a este Conselho, com as estratégias definidas para essas unidades. Com relação
173 aos loteamentos, no caso do Brigadeiro, encaminhamos, e a obra está embargada. Já foi
174 para a Polícia Ambiental e está dentro dos trâmites legais no órgão ambiental. Na questão
175 do Parque do Rio Doce, tivemos a informação dos loteamentos nos últimos dias e estamos
176 fazendo uma operação específica, juntamente com a Sucfis, uma grande fiscalização, e
177 vendo a situação de cada lote. Com relação a Milho Verde, além da questão da Unidade
178 de Conservação, é uma questão política. Isso já está sendo tratado ao nível do IEF e da
179 cúpula do governo, com a Polícia Militar, a Polícia Civil e todos os órgãos de governo
180 envolvidos. Quanto à compra de veículos para as Unidades de Conservação, a Seplag
181 autorizou parte da compra, e, com autorização do secretário Alceu, nós também vamos
182 fazer um processo de aquisição de parte desses carros via aluguel. É um processo mais
183 rápido do que a compra do veículo. Tivemos a informação de que o próprio Ibama usa
184 esse método e que está sendo até mais eficiente em termos econômicos. Sobre a
185 regularização fundiária de Unidade de Conservação, nós vamos apresentar aos senhores
186 conselheiros, no item 5 desta pauta, o que já foi arrecadado de compensação ambiental, o
187 que já foi utilizado do dinheiro da compensação ambiental dessas Unidades de
188 Conservação e, ao mesmo tempo, o que estamos pensando para o futuro, principalmente
189 para a regularização fundiária. O momento é este, não só no caso de Minas Gerais, mas de
190 um modelo de Unidade de Conservação no país que temos que rever. Estamos numa
191 época de estudar alternativas para as Unidades de Conservação, que foram criadas num
192 momento passado e cumpriram o seu papel na criação. É importante ser dito que foi uma
193 estratégia de governo também à época para frear parte, inclusive, do desmatamento nas
194 regiões. No modelo criado em todo o país era mais importante marcar território e depois
195 estudar o melhor modelo para essas Unidades de Conservação. Só acho que demoramos
196 um pouco para desenvolver o melhor modelo. Essa é uma discussão nacional, e temos
197 uma conversa aberta com o ICMBio no sentido de discutir qual o melhor modelo de
198 gestão para Unidade de Conservação neste país e qual modelo a sociedade quer para isso,
199 se vamos fazer Parcerias Público-Privadas, se vamos fazer concessão, se é o Estado que
200 vai tomar conta dessa Unidade de Conservação. Essa é a discussão que está aberta hoje,
201 sobre o que queremos para as nossas Unidades de Conservação tanto no Estado quanto em
202 termos nacionais. Estamos, com o secretário, visitando modelos de sucesso em outros
203 Estados e modelos que não deram certo, e com o governo federal também, para abrir essa
204 discussão maior com a sociedade. E temos que, inclusive, quebrar vários paradigmas,

205 porque existem resistências, interna, externa, preconceitos em relação às Unidades de
206 Conservação. É essa discussão que vamos abrir neste Conselho.” **4) EXAME DA ATA**
207 **DA 160ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COPAM.** Aprovada por unanimidade a ata da
208 160ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 2 de
209 abril de 2014. **5) COMPENSAÇÃO AMBIENTAL. Apresentação: Instituto Estadual**
210 **de Florestas (IEF).** Bertholdino Apolônio Teixeira Junior, diretor Geral do IEF, e Samuel
211 Andrade Neves Costa, gerente de Compensação Ambiental, apresentaram ao Plenário do
212 COPAM um levantamento sobre a situação atual, bem como a série histórica de análise,
213 arrecadação e cumprimento da compensação ambiental no Estado de Minas Gerais, com
214 detalhamento de números de processos administrativos e recursos envolvidos. Após a
215 exposição foram esclarecidos pontos destacados pelos conselheiros e registradas as
216 seguintes manifestações. Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Eu
217 gostaria de registrar que, nos últimos 15 anos, o único diretor Geral com quem nós da
218 Fetaemg tivemos a oportunidade de ir às Unidades de Conservação com conflito, para
219 discutir com os agricultores, foi o Bertholdino. Eu acho isso importante, inclusive, pela
220 dimensão do passivo econômico, social e ambiental existente. Eu queria registrar também
221 que concordo com a exposição do IEF quando diz que aqueles que não pagaram não irão
222 poder pleitear outras licenças. Só discordo de não haver os mesmos mecanismos de
223 contenção para o poder público. Quero ressaltar que o passivo é significativo, e saúdo a
224 iniciativa do senhor secretário para abrir uma discussão em que não se tenha medo de
225 alteração de paradigmas. Nós da Fetaemg somos perfeitamente a favor de isso ser feito.
226 Como sempre neste país está atrasado, eu queria dizer que perdeu-se uma ótima
227 oportunidade na discussão da Lei Florestal, em que nós apresentamos algumas mudanças,
228 e todas foram recusadas pela SEMAD. Eu acho que o passivo existente demonstra que a
229 metodologia, a concepção e o entendimento têm de mudar. Eu acho que é necessário
230 apresentar uma proposta de como essa discussão vai ser feita. Uma questão dessa
231 dimensão, que envolve um número enorme de agricultores familiares, proprietários rurais,
232 dentre outros interesses, tem que ser discutida de forma mais ampla. Eu não acredito em
233 solução encontrada por poucas pessoas. A própria Fetaemg não tem como ter uma opinião
234 mais substancial sobre uma questão desse tamanho sem as comunidades. Se
235 conseguirmos estabelecer esses novos marcos até o final do ano, será uma enorme vitória.
236 E acho também que, metodologicamente, tem que separar novos paradigmas e
237 metodologias para criação de novas unidades e ver novos critérios para as unidades já
238 existentes e que têm conflitos. Entendemos que é uma obrigação econômica, social e ética
239 do poder público, no caso dos agricultores familiares, não só de indenizá-los, mas de
240 reassentá-los. O poder público não pode ser instrumento de êxodo rural neste país. Não
241 somos contra a criação das Unidades de Conservação, somos contra elas ficarem no papel,
242 as pessoas ficarem com restrições para plantar e para viver, sem poder acessar crédito,
243 entrar nos programas de políticas públicas, e recebendo multa. Essa situação não interessa
244 a ninguém, muito menos aos agricultores. E estamos abertos para discutirmos
245 amplamente, para depois esse resultado ser sistematizado. Conhecemos muitos dos
246 problemas, e eles exigem, em muitos casos, soluções diferenciadas.” Conselheiro Carlos

247 Eduardo Ferreira Pinto: “Nos parece que o que temos até o momento é uma política
248 improvisada de criação de Unidade de Conservação e de regularização. Falo isso com a
249 propriedade de ser presidente de inquéritos civis referentes a todas as Unidades do nosso
250 Estado. O Ministério Público Estadual já judicializou mais de 30 unidades e irá
251 judicializar o restante. O poder público tem discricionariedade, sim, na análise de
252 conveniência e oportunidade na criação da unidade, mas, a partir do momento da sua
253 criação, é um dever a sua regularização e a implantação. É uma posição institucional do
254 Ministério Público. Mas essa discussão toda desemboca em algo pior, porque perdemos o
255 foco da importância das áreas protegidas das unidades e passamos a discutir os conflitos
256 gerados pela criação. E não se surpreendam com a proximidade da sanção pelo
257 governador da proposição de Lei 2287/2014, que reduz o Parque Estadual de Arêdes,
258 desafetando áreas extremamente relevantes, que foram objeto de menção no decreto de
259 criação, no qual a nossa Assembleia usou como fundamento a falta de estrutura da
260 unidade. Não há uma política de implantação das unidades, então, por consequência, outro
261 poder constituído começa a reduzir, alterar o limite e desafetar. Então me parece muito
262 clara a necessidade primeiro de um plano de criação de unidades que seja realmente
263 factível e que não se crie unidades somente para atender politicamente determinada
264 região. Para que criar unidade em área de conflito? Depois o Ministério Público é acusado
265 de ser radical porque está entrando com ação para cobrar o Estado para implementar,
266 porque foi criada a unidade. Sem entrar em questões ideológicas de contingenciamento ou
267 não, que passássemos por uma moção deste Conselho talvez em algo que estabelecesse
268 um marco, que a partir de agora o que entrar vai ser utilizado para essas finalidades
269 previstas na lei, que tivéssemos uma discussão pelo governo de maneira transparente no
270 sentido de real utilização desses valores. Lembrando que, quando falamos em conflito em
271 zona de amortecimento, estamos falando de ausência de plano de manejo que define as
272 áreas, a forma de utilização, ausência de georreferenciamento e de cadastro fundiário das
273 unidades. Então temos que ampliar essa discussão de modo que discutamos seriamente
274 um plano de criação de unidade real, factível e que busque valorizar o potencial das
275 unidades, que são áreas protegidas intangíveis. No regime jurídico, Unidade de
276 Conservação é o nosso instrumento de proteção de áreas remanescentes.” Presidente
277 Alceu José Torres Marques: “Quando buscamos exemplos, estamos querendo deixar de
278 pensar no problema e passar a pensar na solução. A ideia é parar de ficar focado no
279 problema e focar a solução, de uma maneira mais pragmática.” Conselheira Maria Dalce
280 Ricas: “Eu lembro que o Artigo 143 da nova Lei Florestal foi um compromisso pessoal do
281 governador Antonio Anastasia, diante do tratoramento que a Assembleia Legislativa,
282 apoiada pelo governo, fez em relação à nova lei. O Artigo 143 diz que, em dois anos, o
283 COPAM promoveria a revisão das áreas consideradas prioritárias para proteção da
284 biodiversidade no Estado. Fará um ano em agosto que a lei foi aprovada, então
285 gostaríamos de saber em que pé está a proposta de revisão, o que significa a contratação
286 de estudos técnicos.” A conselheira Maria Dalce Ricas solicitou ainda informações mais
287 detalhadas sobre contingenciamento de recursos, questionou sobre os “100 mil hectares
288 suspeitos de estarem em terras devolutas”, as medidas que estão sendo tomadas para

289 resolução desse problema e os prazos. Manifestou que o Parque Serra Verde e a Estação
290 Ecológica do Cercadinho “não deveriam estar incluídos na utilização dos recursos da
291 compensação ambiental. “Quero lembrar aos meus colegas conselheiros que nos R\$ 4
292 bilhões a R\$ 5 bilhões informados está incluído o Serra Verde, que é muito mais um
293 parque paisagístico e de proteção do entorno da Cidade Administrativa do que realmente
294 um parque de proteção de biodiversidade.” Quanto à Estação Ecológica do Cercadinho, a
295 conselheira ressaltou que “está inserida em fazenda do Estado e existe inquérito aberto na
296 Assembleia de que é terra devoluta e que o governo não tomou providência”. Maria Dalce
297 Ricas registrou também que a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda) “apoia
298 integralmente” a mudança de paradigma comentada pelo diretor Geral do IEF nesta sessão
299 e questionou em qual órgão estaria o “excesso de burocracia” citado pelo gerente Samuel
300 Andrade Neves Costa. A conselheira indagou há quanto tempo processos específicos,
301 como de Carinhonha e de Quebra Anzol, aguardam autorização da Seplag, e defendeu que
302 seja informado ao COPAM, para conhecimento dos conselheiros, quais são os
303 empreendedores que não recolheram recurso da compensação ambiental. Perguntou ainda
304 o que as Suprams fizeram no sentido de aplicação das penalidades devidas. Relativamente
305 aos recursos da compensação ambiental, a conselheira solicitou maior detalhamento da
306 “alocação direta, principalmente dos recursos de maior monta”. Pontuou que “a Lei do
307 Snuc tem aplicação de recursos previamente definida, independentemente de qual ente da
308 federação que os recolhe” e questionou como estão sendo recolhidas as compensações dos
309 municípios conveniados e sua aplicação. Maria Dalce Ricas questionou também se existe
310 alguma obra pública que deve recursos de compensação ambiental. Encerrando sua
311 manifestação, a conselheira registrou a seguinte indagação: “Sobre a afirmação do IEF de
312 que o CAR poderá facilitar a regularização fundiária em função da permissão para
313 compensação da reserva legal fora a propriedade, isso depende de regulamentação da Lei
314 Florestal ou é automaticamente aplicável?” Bertholdino Apolônio Teixeira Junior:
315 “Quanto à autoaplicação, hoje já se pode fazer compensação social da reserva legal. Em
316 nível federal, o Ministério do Meio Ambiente parece-me que está fechando com o
317 Ministério da Fazenda e outros ministérios como será feita a logística entre Estados. Hoje
318 em Minas Gerais pode ser feito por meio da DN 181, da compensação social de reserva
319 legal. Temos várias áreas no Parque Estadual Serra do Papagaio e no Parque Estadual
320 Serra do Cabral que hoje já estão sendo compensadas através do mecanismo da
321 compensação social de reserva legal. Esse processo já funciona, e a novidade com o CAR
322 é que pode ser feito entre Estados também. Estamos aguardando uma Instrução Normativa
323 do Ministério do Meio Ambiente sobre como será o parâmetro entre Estados.
324 Especificamente no caso de implantação de novas Unidades de Conservação - uma
325 opinião pessoal -, eu acho que, na época em que foram criadas essas unidades, era o único
326 mecanismo que existia que seguraria ou faria uma política nacional de Unidade de
327 Conservação. Quando foram criadas essas áreas na época era o mecanismo que se tinha
328 para, de alguma maneira, segurar essas áreas. No Norte de Minas, se pegarmos áreas de
329 Unidades de Conservação criadas, estando ou não regularizadas hoje em termos
330 fundiários, se pegarmos o mosaico de Unidades de Conservação do Norte de Minas, de

331 proteção integral e de uso sustentável federal ou estadual, temos aproximadamente 50%
332 de área preservada. Se pegarmos o mosaico de Unidades de Conservação, foram
333 exatamente essas áreas que estão preservadas até hoje. Então quer dizer que o mecanismo
334 funcionou na época. É lógico que deveríamos ter um processo de implementação e
335 consolidação dessas Unidades de Conservação. Eu vou um pouco além dessa questão do
336 que as Unidades de Conservação estão sofrendo. Vou dar um exemplo em nível federal:
337 há pouco tempo foi criada uma Frente Parlamentar para Atingidos de Unidades de
338 Conservação. Então esse debate é muito maior do que estamos imaginando. Só em nível
339 federal hoje existem aproximadamente 300 Projetos de Lei para desafetação de Unidades
340 de Conservação. Em nível estadual, proporcionalmente, a lógica é a mesma. O que quero
341 dizer é que o mecanismo, na época, foi interessante, mas nós temos que continuar e
342 implantar efetivamente essas unidades. Com relação às unidades a serem implantadas,
343 assinamos o protocolo de intenções com a Vale - vai ser replicado para quem tiver
344 interesse -, e a ideia daqui para frente é criar Unidade de Conservação em áreas
345 consolidadas ou identificadas, que, de alguma maneira, já estejam preservadas. A ideia é
346 criar Unidades de Conservação em área que já não tenha mais problema de regularização
347 fundiária. As áreas que estamos ampliando de Unidades de Conservação com a Vale são
348 áreas que vão ser entregues a título de compensação florestal. Então eu acho que, daqui
349 para frente, o modelo de criação de Unidades de Conservação tem que passar por essa
350 forma, de estar resolvida de alguma maneira a questão da regularização fundiária. No
351 Peruaçu, por exemplo, temos que criar, efetivamente, e ampliar aquela unidade. Temos lá
352 aproximadamente 50 mil a 100 mil hectares a serem ampliados, e os produtores rurais já
353 entenderam que precisam de terra para fazer o mecanismo de compensação de reserva
354 legal. A ampliação já vai ser em cima dessa área onde o produtor irá fazer compensação
355 de reserva legal. Esse é o mecanismo que temos de tentar trabalhar daqui para frente, um
356 mecanismo de que pelo menos a regularização fundiária já esteja resolvida. Com relação,
357 especificamente, ao Cercadinho, o parque está nessa conta não usando o dinheiro da
358 compensação ambiental, mas na conta dos R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões. No Cercadinho,
359 especificamente, não se fala em hectares, mas em área de metro quadrado, mas são
360 duzentos e poucos hectares na área nobre. Então só para o Cercadinho está em torno de
361 R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão. No Serra Verde, é a mesma coisa. O hectare na região está
362 na faixa de R\$ 100 mil. Nessa conta, seriam aproximadamente R\$ 500 milhões a R\$ 600
363 milhões. Reforçando que entendemos que o melhor mecanismo para resolver essas áreas
364 não é através de pagamento em espécie. Eu acho que temos de fazer compensações
365 ambientais ou arranjar parceiros para fazer a questão fundiária dessas áreas. É lógico que,
366 quando falamos em valor global, temos que colocar na conta final, porque, se o Estado
367 decidir que vai pagar em termos monetários, temos que ter essa conta em mãos. Então
368 quando colocamos nesse valor de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões, evidentemente estamos
369 falando de todas as áreas de Unidades de Conservação. Quero deixar ainda registrado que
370 os valores de R\$ 150 milhões e de R\$ 300 milhões são números não exatos, são números
371 aproximados, quando falamos em valor global. No caso, a diferença é porque, no passado
372 próximo, também se usavam outros mecanismos para compensação ambiental que não só

373 monetários. É evidente que esses valores estão colocados também. Quanto às resistências
374 externa e interna, o momento já está claro para todo mundo que temos que rever e colocar
375 novos mecanismos para a gestão ambiental em Unidade de Conservação. É lógico que eu,
376 como representante do IEF, tenho que externar isso para os senhores conselheiros, mas
377 não tenho dúvida de que vamos partir para outros caminhos. Quando assumimos o IEF, a
378 lógica foi a seguinte: primeiro temos que focar o macro. Não adianta pulverizar demais e
379 fazer várias ações ao mesmo tempo e não colher resultados. Centramos na compensação
380 ambiental do passivo que tínhamos, baixamos esse passivo em aproximadamente 100 a
381 150 processos, que colocamos em pauta em quatro ou cinco reuniões. Mas agora temos
382 que focar esse questionamento de como está sendo feita a compensação em relação aos
383 municípios, como está sendo direcionado em nível municipal. É competência da Câmara
384 de Proteção à Biodiversidade. A partir desses próximos passos, vamos começar a notificar
385 os municípios sobre como está sendo feita essa cobrança em nível municipal. Da mesma
386 forma que temos de partir para a etapa da compensação florestal e da compensação da
387 mineração. Serão as nossas próximas metas.” Samuel Andrade Neves Costa, gerente de
388 Compensação Ambiental: “Estão previstas essas questões das compensações municipais
389 para o segundo semestre, e traremos informação para a CPB a respeito de quanto essas
390 prefeitura que licenciam arrecadam, sobretudo porque não temos sido contemplados com
391 recursos das compensações ambientais municipais. Recebemos recursos da compensação
392 federal e também destinamos muito da estadual para a federal, quando existem Unidades
393 de Conservação federais afetadas. Mas, pelo menos a partir de 2011, não temos a
394 recíproca dos municípios. Vamos levar essas informações para a CPB. Com relação aos
395 arquivamentos da Supram, vamos encaminhar uma listagem desses processos que foram
396 arquivados e verificar as medidas que a Supram tomou com relação a esses
397 empreendimentos, e iremos prestar informação para a CPB. Sobre obra ou órgão público
398 que devem compensação ambiental, temos sim. Não muitos, mas posso citar a Codemig, a
399 própria Cidade Administrativa, cujo processo estará na pauta da reunião do dia 1º do
400 próximo mês. Trouxe esse exemplo, mas temos outros que não pagaram ainda. Sobre o
401 tempo em que estamos aguardando autorização da Seplag e com relação aos planos de
402 trabalho aprovados para criação das UCs, é uma demanda da Gerência de Criação e
403 Implantação de Áreas Protegidas, mas acredito que esses planos tenham sido aprovados
404 pela CPB há muito tempo. Não sei qual foi a resposta da Seplag, não sei o tempo exato que
405 estamos aguardando. E, por fim, de quem é a burocracia? Espero que seja uma crítica
406 construtiva. Eu acho que nós todos, enquanto órgãos públicos, temos que nos tornar mais
407 efetivos nos procedimentos necessários para dar vazão aos nossos processos de compra
408 etc. Todo o processo colocado pela 8.666 dentro dos órgãos é um processo muito
409 demorado, e em muitas das vezes temos que fazer Termos de Referência para os quais não
410 temos know-how e, quando está no processo de compra, vemos que tem que iniciar tudo
411 de novo, porque o Termo de Referência que vai embasar a contratação ou a aquisição do
412 bem não está benfeito. Enfim, isso exige que o órgão público se torne mais efetivo, não
413 apenas a SEMAD e, sim, todos aqueles que estão sujeitos à 8.666.” Bertholdino Apolônio
414 Teixeira Junior, diretor Geral do IEF: “Quanto às terras devolutas, criamos um Grupo de

415 Trabalho entre o IEF, a Seapa, a Ruralminas, e esse grupo está avançando no sentido de
416 identificar essas terras devolutas e priorizar essas áreas. Lembramos que é um processo
417 extremamente burocrático e demorado. Inclusive, passamos para a Ruralminas quais são
418 os parques prioritários para a questão de devolutividade, e o primeiro da lista é o Serra
419 Negra.” Presidente Alceu José Torres Marques: “No Plano de Proteção da Mata Atlântica
420 ficou aprovado a atualização do Atlas da Biodiversidade em Minas Gerais. Tivemos uma
421 conversa, nesta semana, com o pessoal, está no orçamento, e estamos promovendo essa
422 atualização. A princípio são custos do orçamento da força-tarefa da mata atlântica. Já
423 existe previsão orçamentária para o plano, e o custo da atualização deve girar em torno de
424 R\$ 1.200.000. Eu também vou aproveitar para registrar o empenho do Bertholdino e da
425 sua equipe no IEF. Sabemos que a tarefa não é das mais fáceis, trabalho tem, mas
426 felizmente tem disposição, disponibilidade e conhecimento, e a confiança de todos é a
427 melhor possível.” **6) SISTEMA DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL DE MINAS**
428 **GERAIS (SICAR/MG). Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e**
429 **Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).** Gustavo Godoy, da SEMAD, fez apresentação
430 do Sistema de Cadastro Ambiental Rural de Minas Gerais, destacando que todo o trabalho
431 realizado está calcado nas legislações estadual e federal vigentes. Foram registradas as
432 seguintes considerações pelo Plenário. Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do
433 Nascimento: “Foi mostrado que, em termos de agricultura familiar, são 467 mil
434 propriedades, uma dimensão muito grande. Nós firmamos termo de cooperação com a
435 SEMAD e o IEF para os cursos de capacitação. Realizamos o primeiro há 15 dias, em
436 Montes Claros, e hoje está sendo realizado mais um aqui, envolvendo 120 pessoas; e há
437 previsão de mais sete. Mas esse curso de capacitação com a Fetaemg é para
438 multiplicadores. Queremos apresentar uma solicitação, porque o órgão público que está
439 em quase todos os municípios de Minas, e que tem a obrigação institucional de atender à
440 agricultura familiar, é a Emater. Foi iniciado um entendimento entre SEMAD e Emater
441 para, efetivamente, a Emater se agregar ao processo, mas esse entendimento parou no
442 meio do caminho. Queremos solicitar que a SEMAD convoque uma reunião com o doutor
443 Paulo Romano, da Seapa, o Bertholdino, do IEF, e nós da Fetaemg, para consolidarmos a
444 efetiva participação da Emater nesse processo.” Presidente Alceu José Torres Marques:
445 “O Bertholdino está me esclarecendo que já começaram as tratativas com a Emater, que
446 irá entrar num momento, efetivamente, fazendo as declarações para o Cadastro. Por
447 enquanto, o que está sendo feito é a propagação de facilitadores, e há um convênio
448 acertado com a Emater para entrar em campo depois.” Conselheiro Amarildo José
449 Brumano Kalil: “Esse é um dos projetos em que a Seapa tem trabalhado, efetivamente, em
450 parceria com a SEMAD. É uma demanda dos próprios agricultores terem a sua
451 regularização ambiental, e nós sempre enxergamos que a Emater, como empresa pública
452 voltada à agricultora familiar, tem quase que por obrigação fazer esse trabalho. Neste
453 momento estão sendo negociadas questões operacionais, que não são, de forma nenhuma,
454 impeditivas para que a Emater e a Seapa entrem nesse processo.” Bertholdino Apolônio
455 Teixeira Junior, diretor Geral do IEF: “A estratégia nesses próximos três ou quatro meses
456 é realmente de multiplicadores. O que estamos acertando com a Emater para a próxima

457 etapa é fazer o cadastro. Vamos ter um custo e estimamos aproximadamente de R\$ 50
458 milhões a R\$ 100 milhões para fazer todos os cadastros. Vamos assinar uma parceria com
459 a Emater e estamos captando esses recursos via Ministério do Meio Ambiente. Serão
460 disponibilizados em torno de R\$ 30 milhões a R\$ 50 milhões, e vamos repassar parte
461 desse recurso para a Emater fazer a capacitação no campo. Tivemos a primeira etapa, que
462 era de criar o CAR. A segunda etapa, a de multiplicar o CAR, será em torno de seis
463 meses. A partir daí, iremos efetivamente fazer o cadastro, e será aproximadamente um ano
464 e meio trabalhando com esse processo.” A conselheira Maria Dalce Ricas elogiou o
465 sistema apresentado, ponderou quanto à necessidade de conferência das declarações e
466 solicitou informações sobre o estabelecimento de punições para os casos de prestação de
467 informações falsas. Bertholdino Apolônio Teixeira Junior: “É a mesma lógica do Imposto
468 de Renda. É um sistema autodeclaratório, e haverá filtros. Uma dessas malhas finas, por
469 exemplo: se alguém fez declaração de uma propriedade que não existe, em algum
470 momento irá cair nesse módulo de análise. Lembrando que a lógica do Cadastro é a
471 utilização de imagens de satélites e que somente irá a campo em casos específicos e
472 quando existir informação que não bate com as imagens de satélite atualizadas.” Ainda
473 respondendo questionamento da conselheira Maria Dalce Ricas, o diretor Geral do IEF
474 informou que no orçamento da parceria com a Emater estão incluídos modernização e
475 atualização da frota de veículos, acesso a internet, GPS e contratação de pessoal. A
476 conselheira Luiza Maria de Carvalho apresentou demanda recebida de engenheiros para
477 que seja incluído no recibo do cartório o número de matrícula da propriedade. Gustavo
478 Godoy, da SEMAD, informou que está sendo feito arranjo no sistema para que essa
479 informação passe a constar no recibo estadual e que os cartórios já estão sendo orientados
480 nesse sentido. Presidente Alceu José Torres Marques: “Com relação ao CAR, eu cheguei
481 agora ao Sisema, e é muito bom ver a coisa fluindo e o Estado sendo reconhecido. Como
482 todos já sabem, eu venho do Ministério Público, uma instituição que acaba tendo um
483 papel maior na área de fiscalização a essas questões. Eu vejo nessa relação da gestão dos
484 conflitos ambientais que uns ficam desconfiados dos outros. E essas situações do CAR e
485 outras que estamos propondo são no sentido de buscar muita transparência e facilitar o
486 acesso a essas informações. A ideia é facilitar o acesso à declaração, e que as instituições
487 competentes façam as ações fiscalizatórias.” **7) INFORMES DO SISEMA. 7.1) Informe**
488 **do IEF sobre o Protocolo de Intenções com a empresa Vale S/A para regularizar,**
489 **ampliar e criar Unidades de Conservação (UCs) no Estado.** Informe apresentado pelo
490 diretor Geral do IEF, no item 5 desta pauta. **7.2) Informe da SEMAD sobre a Revisão**
491 **do Licenciamento Ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais.** O presidente
492 Alceu José Torres Marques propôs que o tema regularização ambiental seja pautado na
493 próxima reunião do Plenário do COPAM, quando deverá haver informações mais
494 consolidadas do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho criado no âmbito da
495 SEMAD. “Nesse trabalho que estamos fazendo na questão da regularização, a primeira
496 frente é desburocratizar na medida do possível, porque existe uma série de situações que
497 podem ser encurtadas, sem o prejuízo da segurança do processo. Vai baratear o processo,
498 torná-lo mais lógico e razoável, sem prejuízo da segurança. Alguns servidores da

499 SEMAD, pessoas preparadas, fizeram um estudo, ao longo dos anos, de todos os
500 documentos que temos de natureza ambiental, como Zoneamento Ecológico-Econômico,
501 Atlas da Biodiversitas, informações do IGAM, do IEF, do IMA. Compilaram e fizeram
502 um grande sistema. Com um pouco de investimento e de tempo, vamos chegar a uma
503 página da SEMAD, clicar em determinada coordenada e poder saber quais são as espécies
504 de fauna, flora, tipo de solo, capacidade hídrica, volume pluviométrico e todas as
505 informações. Estamos criando um núcleo para que possa ser desenvolvido rapidamente e
506 mostrado para todos os setores envolvidos, os setores produtivos, a nossa ouvidoria,
507 enfim, a sociedade civil de maneira geral. O objetivo, enfim, é que essa gestão do meio
508 ambiente possa ser estratégica.” **ENCERRAMENTO**. Em seguida, não havendo outros
509 assuntos a serem tratados, o presidente Alceu José Torres Marques declarou encerrada a
510 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

511
512 **APROVAÇÃO DA ATA**
513

514
515 **Presidente Alceu José Torres Marques**